

Salvador, 31 de maio de 2016

OF/DE /Nº 445/2016

À Senhora

CLÉLIA OLIVEIRA

Gerente da GECON – TCE

Ref.: Notificação nº 00489/2016 – Processo nº TCE/009414/2015

Senhora Gerente,

Cumprimentando-a e em resposta aos itens elencados na Notificação acima referida, temos a informar:

Item 3.1 — Mantém-se a informação dada à época da Auditoria, de que o Governo do Estado entendeu à época que seria oportuno manter a estrutura tarifária praticada.

Item 3.2 — Compensação aprovada pela Diretoria em Regime de Colegiado de 28/04/2016, Processo Administrativo nº 0901.2016/009496 e nº 0901.2015/023890

Item 3.3 — Segue anexa, publicação do jornal A TARDE de 10/10/2015, com divulgação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras protocolado nesta Agência sob o Processo nº 0901.2016/013137.

Item 3.4 — Não existe mais a figura da “**conta vinculada**” nas instituições bancárias oficiais. A empresa está buscando junto a aos bancos soluções para a abertura esta conta específica.

Item 3.5 — Os Registros de Propriedade de Embarcação continuam sendo providenciados pelo escritório do Dr. Pedro Calmon, advogado especialista na área do Direito Marítimo, para atender as novas exigências do Tribunal Marítimo do Brasil, para concretização dos mesmos.

Item 3.7 - O projeto anteriormente apresentado pela Concessionária e aprovado pela AGERBA foi interrompido, em virtude de diferenças comerciais e administrativas entre as partes, já estavam sendo tomadas providências junto a novo escritório de arquitetura. Por conta disto estão sendo realizadas obras emergenciais nos terminais, tais como: sanitários, bilheterias, guaritas de acesso dos veículos, melhorias nos pátios internos.

Item 3.8 – A balsa Bartira já foi içada do fundo do mar e está em início dos serviços de reforma.

Item 3.9 – O sistema implantado pela Concessionária não atende aos critérios dados pela Agência e foi dado prazo para que a empresa solucionasse a questão.

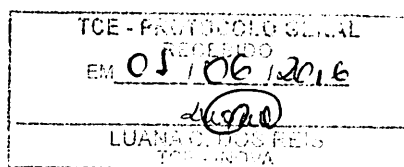
3.10 – A AGERBA aguarda a realização do novo concurso – conforme TAC firmado com o Ministério Público - que encontra-se sob análise da SAEB/PGE, para ampliação do seu quadro de pessoal o que resultará em maior eficiência do seu corpo fiscalizador.

Atenciosamente,



EDUARDO HAROLD MESQUITA PESSÔA

Diretor Executivo



ANEXO OFÍCIO AGERBA DE/Nº445/2016

TCE

NOTIFICAÇÃO Nº 00489/2016

ITEM 3.3 (Item 6.1.3 do Relatório de Auditoria



INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A.

CNPJ 20.413.924/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2015

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Internacional Travessias Salvador S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as Legislações e normas contábeis adotadas no Brasil.

chado, com prazo de duração indeterminado, constituída em 16 de abril de 2014 na forma de subsidiária integral da Internacional Marítima Ltda., com capital social suscrito de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e serem integralizados em 4 (quatro) parcelas anuais.

Luiz Carlos Cantanhede Fernandes Diretor Presidente e Comercial
Raimundo Párcelis Mattos Barros Diretor de Operações

BALANÇO PATRIMONIAL - Ativo
Períodos Encerrados em: 31/12/2015, 31/12/2014
ATIVO
ATIVO CIRCULANTE
CAIXA E EQUIVALENTES
A CAIXA
CLIENTES
OUTROS CRÉDITOS
DESPESAS DO EXERCÍCIO
SEGUNTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
IMOBILIZADO
INTANGÍVEL

BALANÇO PATRIMONIAL - Passivo
Períodos Encerrados em: 31/12/2015, 31/12/2014
PASSIVO
PASSIVO CIRCULANTE
FORNECEDORES
CREDORES DIVERSOS
PASSIVO NÃO CIRCULANTE
EXCETO A LONGO PRAZO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CAPITAL SOCIAL
RESERVAS
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Períodos Encerrados em: 31/12/2015, 31/12/2014
RECEITAS DE VENDAS DE SERVIÇOS
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
= RECEITA LÍQUIDA
CUSTOS DOS SERVIÇOS
VERIFICADOS
LUCRO BRUTO
DESPESAS OPERACIONAIS
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES
Participações de Empregados
IMPOSTOS E CONT. S/ LUCROS
Provisão para Imposto de Renda
Provisão para Contribuição
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Método Indireto
Períodos Encerrados em: 31/12/2015, 31/12/2014
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais
Resultado Líquido do Exercício
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores
Depreciação e Amortização do Exercício
= Caixa gerado pelas operações
Clientes - Duplicatas a Receber
Adiantamentos a Fornecedores
Créditos com Funcionários
Tributos a Compensar e Recuperação
Prêmios de Seguros a Apropriar
Bancos Contas Vinculadas
Fornecedores Não Classificados
Salários e Encargos Sociais
Obrigações Fiscais
Adiantamento de Clientes
Contas a Pagar - Curto Prazo
Trabalhistas
Outras Obrigações
Contas a Pagar - Longo Prazo
= Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado
Aquisição de Direitos de Uso Intangíveis
= Caixa Líquido da Atividade de Investimentos
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos
Parcelas de Lucros Incorporados ao Capital Social
Outras Destinações
= Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do período
= Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período

1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A Internacional Travessias Salvador S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, constituída em 16 de abril de 2014 na forma de subsidiária integral da Internacional Marítima Ltda.
For criada com o objetivo de explorar o serviço público de transporte hidroviário de navegação marítima interior, de passageiros e veículos, na Travessia Marítima Salvador/Iaparica - TMSI, abrangendo especificamente o trecho compreendido entre os Terminais São Joaquim/Bom Despacho/São Joaquim.
Conforme Contrato de Concessão de Linha - AGERBA Nº 02/2014, a Companhia poderá explorar, ainda, os serviços que compreendem:
a) Operação, administração e exploração comercial e manutenção rotineira de natureza preventiva e corretiva dos terminais de São Joaquim e Bom Despacho;
b) A exploração do serviço de transporte hidroviário de navegação marítima com a cobrança de tarifas aos seus usuários e por receitas alternativas, complementares acessórias ou de projetos associados previstas no Contrato de Concessão;
c) A prestação dos serviços de transporte hidroviário de navegação marítima interior, de passageiros e veículos, objeto da concessão obtida pelo período de 25 anos a partir de 15 de julho de 2014, poderá ser prorrogada a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, nas seguintes hipóteses:
a) Por imposição do interesse público, devidamente justificada;
b) Em decorrência de força maior, devidamente comprovada;
c) Para recomposição do equilíbrio financeiro, quando exigidas pela CONCEDENTE, novos investimentos ou serviços não previstos no CONTRATO, ou em decorrência de sua alteração ou da implementação das hipóteses de reajuste previstas em lei ou regulamentação aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS
As contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
3.3 Imobilizável e Intangível
Os bens do ativo imobilizado e intangível são apresentados em custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventual perda acumulada. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.
A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.
3.4 Contas a Pagar a Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das operações, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente
As despesas do imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento de imposto de renda e a contribuição social corrente a apresentar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
3.6 Reconhecimento da Receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, definem quando as cargas são transportadas. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente fornecidas pela AGERBA.
3.7 Usos de Estimativas Contábeis
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração adote o uso de estimativas, premissas objetivas e subjetivas com seus ativos e passivos, e a divulgação contingente de seus ativos e passivos, bem como, as receitas, custos e despesas do exercício. Os valores reais das relevantes transações poderão apresentar variações em relação às estimativas.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
Períodos Encerrados em: 31/12/2015, 31/12/2014
Saldo de Lucros Acumulados no início do período
Ajustes Credores de Períodos Anteriores
Reversão de Reservas
Lucro Líquido do Ano
(-) Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados
Parcelas de Lucros Incorporados ao Capital Social
(-) Prejuízo Líquido do Ano
TOTAL
DESTINAÇÕES
Transferências para Reserva Legal
Transferências para Reserva de Retenções para Reserva Estatutária
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados
Parcelas de Lucros Incorporados ao Capital
Outras Destinações
TOTAL
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
Períodos Encerrados em: 31/12/2015, 31/12/2014
Saldo de Lucros Acumulados no início do período
Ajustes Credores de Períodos Anteriores
Reversão de Reservas
Lucro Líquido do Ano
(-) Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados
Parcelas de Lucros Incorporados ao Capital Social
(-) Prejuízo Líquido do Ano
TOTAL
DESTINAÇÕES
Transferências para Reserva Legal
Transferências para Reserva de Retenções para Reserva Estatutária
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados
Parcelas de Lucros Incorporados ao Capital
Outras Destinações
TOTAL
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 Caixa ou Equivalente de Caixa
A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.
3.2 Contas a Receber de Clientes e Partes Relacionadas
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de passageiros e veículos no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, é confiável.

3.3 Imobilizável e Intangível
Os bens do ativo imobilizado e intangível são apresentados em custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventual perda acumulada. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.
A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.
3.4 Contas a Pagar a Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das operações, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente
As despesas do imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento de imposto de renda e a contribuição social corrente a apresentar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
3.6 Reconhecimento da Receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, definem quando as cargas são transportadas. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente fornecidas pela AGERBA.

3.6 Reconhecimento da Receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, definem quando as cargas são transportadas. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente fornecidas pela AGERBA.
3.7 Usos de Estimativas Contábeis
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração adote o uso de estimativas, premissas objetivas e subjetivas com seus ativos e passivos, e a divulgação contingente de seus ativos e passivos, bem como, as receitas, custos e despesas do exercício. Os valores reais das relevantes transações poderão apresentar variações em relação às estimativas.

3.8 Transações em Moeda Estrangeira
Convenidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são liquidados dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.
Luiz Carlos Cantanhede Fernandes
Diretor Presidente e Comercial
Antonio Pereira Brandão
Controlador - CRC-MA. 5.197

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Opinião
Em nossa opinião as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orientatória e financeira da INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A. em 31 de dezembro de 2015.
Outros assuntos
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que estão sendo apresentadas para fins comparativos, não foram por nós auditadas e o respectivo parecer foi emitido, sem ressalvas.
Não acompanhamos a contagem física inventário e o número de caixa em 31 de dezembro de 2015, uma vez que essa data foi anterior à época em que fomos inicialmente contratados como auditores da entidade.
São Luis (MA), 29 de abril de 2016.
João Conrado de Amorim Carvalho
Auditor - CRC-MA nº 7372-0
CNAI nº 1731

controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Opinião
Em nossa opinião as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orientatória e financeira da INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A. em 31 de dezembro de 2015.
Outros assuntos
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que estão sendo apresentadas para fins comparativos, não foram por nós auditadas e o respectivo parecer foi emitido, sem ressalvas.
Não acompanhamos a contagem física inventário e o número de caixa em 31 de dezembro de 2015, uma vez que essa data foi anterior à época em que fomos inicialmente contratados como auditores da entidade.
São Luis (MA), 29 de abril de 2016.
João Conrado de Amorim Carvalho
Auditor - CRC-MA nº 7372-0
CNAI nº 1731

controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Opinião
Em nossa opinião as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orientatória e financeira da INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A. em 31 de dezembro de 2015.
Outros assuntos
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que estão sendo apresentadas para fins comparativos, não foram por nós auditadas e o respectivo parecer foi emitido, sem ressalvas.
Não acompanhamos a contagem física inventário e o número de caixa em 31 de dezembro de 2015, uma vez que essa data foi anterior à época em que fomos inicialmente contratados como auditores da entidade.
São Luis (MA), 29 de abril de 2016.
João Conrado de Amorim Carvalho
Auditor - CRC-MA nº 7372-0
CNAI nº 1731